



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

PARECER JURÍDICO

Processo Administrativo n.º 51/2022

Pregão Presencial Registro de Preços n.º 21/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A IMPLANTAÇÃO DO ESOCIAL, EFD-REINF, DCTFWEB, e CONSULTORIA NO ENVIO, TRANSFERÊNCIA E VALIDAÇÃO DAS INFORMAÇÕES.

RELATÓRIO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 3.º da Lei n.º Lei 8.666/93.

O Processo foi deflagrado a partir de solicitação expressa apresentada pela Secretária Municipal de Administração, Sra. Maria Regina de Castro Martins. O pedido está acompanhado de justificativa e previsão legal do E-Social.

O setor de contabilidade informou a existência de dotação orçamentária para atender à despesa. O prefeito Martins Dias de Oliveira autorizou a abertura do processo licitatório. Estão anexados os orçamentos fornecidos por empresas do ramo. A Comissão de Licitação está regularizada. Estão anexadas as minutas do Edital, Ata de Registro de Preços e do Contrato.

Era o que havia a relatar.

FUNDAMENTAÇÃO:

Encaminhado ao setor jurídico o processo licitatório acima identificado, com a solicitação de emissão de Parecer Jurídico, conforme dispõe o parágrafo único, do artigo 38.º da Lei nº 8.666/93, o qual transcreve-se:

“Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração”. De maneira que o parecer se refere a análise jurídica dos documentos inseridos ao processo nessa fase interna da licitação.

O artigo nº 191, da Lei 14.300/2021 (nova Lei de Licitações) admite que no prazo do inciso II, do caput do artigo 193 da mesma Lei, a administração opte por licitar pela



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

Lei 8666/93, devendo escolher a modalidade expressando a opção no Edital. No caso, está explícito que a licitação está sendo realizada nos moldes das Leis 8666/93 e 10.520/2002.

A justificativa para a contratação apresentada pela secretária municipal de administração esportes é que o E-Social foi criado pelo Decreto n.º 8.373/2014, regulamentado pela Resolução do Comitê Diretivo do E-Social n.º 05, de 02 de outubro de 2018. Após a implantação do E-Social, esta será a única forma dos órgãos e instituições unificarem o envio dos dados sobre seus trabalhos ao governo. Sendo necessária a orientação ao quando de servidores quanto ao uso do E-Social e EFD-Reinf.

O eSocial é um sistema informatizado da administração pública que unifica a entrega de informações fiscais, trabalhistas e previdenciárias para empresas, outras pessoas jurídicas e também para pessoas físicas. Com a publicação da Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME n.º 76/2020, e recentemente com a Portaria Conjunta SEPRT/RFB/ME n.º 71, de 29 de junho de 2021, consolidou o seguinte cronograma faseado de implantação do eSocial, estabelecendo, inclusive os prazos para a implantação. A Portaria Conjunta MTP/RFB/ME n.º 2, de 19 de abril de 2022, prorroga o cronograma de implantação do eSocial para o grupo 4 – Órgãos públicos, organizações internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais, em relação as fases 3 (Folha de Pagamento) e 4 (SST).

Os orçamentos estão anexados, e neles se observa que a prefeitura buscou propostas para a prestação de serviços de implantação e consultoria no envio, transferência e implantação do e-social.

A modalidade de licitação proposta é o Pregão Presencial para registro de preços, regida pela Lei n.º 10.520, de 17 de agosto de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei n.º 9.648/98) e o tipo é o menor preço por unidade.

O “caput” do artigo 1.º da Lei n.º 10.520/02, possibilita a adoção da modalidade licitatória Pregão Presencial para a aquisição de bens e contratação de serviços comuns, devendo os mesmos serem objetivamente definidos em Edital.

O Edital define o objeto como sendo o Registro de Preços para a Contratação de empresa especializada na implantação do Esocial, EFD, DCTWEB, bom como consultoria no envio, conferência, e validação das informações.

O edital ainda esmiuça o objeto nos itens 2.2 a 2.4. Ainda o Termo de Referência (Anexo I) descreve adequadamente o objeto da licitação. Sendo definido que se trata de implantação do sistema e revisão de fases de Esocial e consultoria no envio, durante 12 meses.



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

A definição precisa do objeto é exigência da Lei nº 8.666/93, em seus Arts. 14, 38, caput e 40, inciso I, dispõe que o objeto da licitação deve ser caracterizado de forma adequada, sucinta e clara”

Cabe à administração providenciar a descrição do objeto pretendido na licitação com sua adequada caracterização e de todos os respectivos atributos. A indicação e definição exata do objeto licitatório é requisito de validade ou condição deste procedimento.

A definição do objeto deve indicar, de modo sucinto, preciso, suficiente e claro, o meio pelo a necessidade da administração deverá ser satisfeita, devendo ser explicitada de modo conciso, mas completo, o que a Administração deseja contratar. De modo que o Edital atende aos requisitos exigidos pela Lei 8666/93.

O Sistema de Registro de Preços está originalmente previsto no artigo 15 da Lei 8.666/93, que assim dispõe:

“Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

(...)

II- ser processadas através de sistema de registro de preços;

(...)

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições: (...)

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições”.

O sistema de registro de preço emerge como procedimento especial, vinculado e integrante do procedimento licitatório, com o propósito de otimizar a finalidade da licitação na obtenção de proposta mais vantajosa, sempre que não for possível definir, na conclusão do certame, as quantidades contratuais a serem executadas.

O Registro de Preço tem cabimento para evitar que a Administração celebre um contrato cujas quantidades, por imprevisão natural, possam não ser necessárias, ou também para que a Administração possa realizar um certame público antes de eventuais necessidades futuras e emergenciais, evitando assim as famigeradas contratações diretas ou fracionadas cartas convites.

No caso, o Termo de Referência/Relação de Itens estima as quantidades de produtos e serviços que serão adquiridos e contratados, mas não a efetiva quantidade que



Estado de Mato Grosso

Prefeitura Municipal de Porto Esperidião

será utilizada, haja vista que que depende da demanda de inscrições que serão realizadas para participação no evento.

A minuta do Edital, a Ata de Registro de Preços e o Contrato atendem aos requisitos legais.

Não cabe ao parecerista tratar do mérito da contratação, no entanto, vale mencionar que as contratações que demandam recursos públicos devem estar em consonância com o disposto no artigo 3.º "caput" da Lei de licitações. No entanto, o processo licitatório deve seguir os ditames legais, sendo, portanto, necessário sanar as irregularidades apontadas. Sendo que para o prosseguimento é imprescindível as adequações.

Salienta-se, por oportuno, que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

CONCLUSÃO:

No caso, o Edital, anexos e a minuta de Contrato que compõem o processo, atendem à legislação pertinente, assim, o parecer é favorável ao prosseguimento da licitação.

S.M.J.

Porto Esperidião, 26 de julho de 2022.


José de Barros Neto

Portaria n.º 58/12